

REPÚBLICA DA



GUINÉ-BISSAU

BOLETIM OFICIAL

Quarta-feira, 9 de agosto de 2017

Número 32

Dos assuntos para publicação no "Boletim Oficial", devem ser enviados o original e o duplicado devidamente autenticados pela entidade responsável, à Direção-Geral da Função Pública - Repartição de Publicações, a fim de se autorizar a sua publicação. Contactos: Tm. 96 697 72 63 - 95 591 68 03

Os pedidos de assinatura ou anúncios avulsos do "Boletim Oficial" devem ser dirigidos à Direção Comercial da Inacep - Imprensa Nacional, Empresa Pública -, Avenida do Brasil, Apartado 287 - 1204 Bissau Codex - Guiné-Bissau. Contactos: Tm. 96 662 71 24 - 97 723 88 12 - Email: inacep_imprensa@yahoo.com.br

2.º SUPLEMENTO

SUMÁRIO

PARTE I

Conseho de Ministros

Despacho n.º 30/2017

Alteração ao regulamento de pesca artesanal

PARTE I

CONSELHO DE MINISTROS

Despacho n.º 30/2017

Para fazer face ao fenómeno da pesca ilícita, não declarada e não regulamentada, torna-se imperioso adotar medidas legais que visem, designadamente, repelir e desincentivar a prática de pesca ilegal.

A experiência resultante da aplicação prática do Decreto n.º 24/2011, de 7 de junho, aconselha a implementação urgente de algumas dessas medidas, incluindo a alteração do valor das multas aplicáveis às infrações de pesca artesanal.

É, pois, neste contexto e na decorrência da revisão do artigo 70.º, do Decreto-Lei n.º 10/2011, de 7 de junho, que aprova a Lei Geral das Pescas, que se propõe a alteração do artigo 48.º, do Regulamento da Pesca Artesanal, aprovado pelo Decreto n.º 24/2011, de 7 de junho.

Assim, a fim de atualizar o valor das multas aplicáveis às infrações de pesca artesanal, com o propósito de combater à pesca ilegal,

O Governo decreta, sob proposta do ministro das Pescas e nos termos da alínea d), do n.º 1, do artigo 100.º, da Constituição da República, o seguinte:

ARTIGO 1.º

(Disposição alterada)

O artigo 48.º, do Decreto n.º 24/2011, de 7 de junho, passa a ter a seguinte redação:

ARTIGO 48.º

(Sanções)

1. A infração de pesca prevista na alínea a), do artigo 42.º, deste diploma, é punível com multa graduável entre um mínimo de XOF 500.000 (quinhentos mil francos CFA) e um máximo de XOF 6.000.000 (seis milhões de francos CFA).

2. As infrações de pesca previstas nas alíneas b) a i) do art.º 42.º do presente diploma são puníveis com multa de XOF 250.000 (duzentos e cinquenta mil francos CFA) a XOF 2.500.000 (dois milhões e quinhentos mil francos CFA).

3. As infrações de pesca previstas no artigo 43.º deste diploma são puníveis com multa de XOF 150.000 (cento e cinquenta mil francos CFA) a XOF 500.000 (quinhentos mil francos CFA).

4. As infrações de pesca previstas no artigo 44.º do presente diploma são puníveis com multa graduável entre um mínimo de XOF 70.000 (setenta mil francos CFA) e um máximo de XOF 150.000 (cento e cinquenta mil francos CFA).

ARTIGO 2.º
(Revogação)

Ficam revogadas as disposições do Regulamento da Pesca Artesanal, aprovado pelo Decreto n.º 24/2011, de 7 de junho, em tudo o que contrariarem o estabelecido no presente diploma.

ARTIGO 3.º
(Entrada em vigor)

O presente diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros, em 22 de março de 2017. — O primeiro-ministro, **Umaro Sis-soco Embaló**. — O ministro das Pescas, **Orlando Mendes Viegas**.

Promulgado em 10 de julho de 2017.

Publique-se.

O Presidente da República, **José Mário Vaz**.